

O Canto Coral no Programa Mais Educação: a defasagem entre a proposta e a ação¹

Maura Penna

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
maurapenna@gmail.com

Eliane Mendes

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)
elianeribeirojp@gmail.com

Ian Bandeira

PIBIC/CNPq/UFPB
ianbandeira@gmail.com

Olga Renalli Barros

PIBIC/CNPq/UFPB
olgarenalli@gmail.com

Resumo: Esta comunicação apresenta resultados parciais da pesquisa *A Música no Programa Mais Educação em Escolas Públicas da Grande João Pessoa*, que tem como objetivo compreender os processos de ensino e aprendizagem nas oficinas de música do Mais Educação. Este programa do Governo Federal, que se propõe a induzir a educação integral, promove a ampliação da jornada escolar através de diversas atividades, inclusive musicais. Este trabalho discute a prática pedagógica desenvolvida em oficinas de canto coral em duas escolas públicas paraibananas. A principal técnica de coleta de dados foi a observação das práticas educativas musicais, complementada por entrevistas semiestruturadas com os agentes envolvidos. Realizou-se também pesquisa bibliográfica e documental, incluindo documentos e publicações acerca do programa. A observação das práticas pedagógicas mostrou que, na Escola A, a oficina agrupava atividades diversas, nas quais geralmente o canto não era a prática central. Já na Escola B, o monitor constantemente acompanhava ao violão o canto em uníssono de músicas conhecidas dos alunos, aproveitando este fato para conseguir algum resultado, apesar de não trabalhar questões específicas da prática coral ou musical. A fragilidade das práticas relacionava-se tanto com a falta de frequência regular dos alunos quanto com a ausência de preparação e/ou experiência dos monitores para o desenvolvimento do canto coral. Concluímos que o panorama encontrado revela a concepção de que as atividades musicais do Mais Educação são “recreativas”, enquanto a diversidade das práticas depende diretamente dos agentes locais envolvidos.

Palavras chave: Educação Musical. Programa Mais Educação. Canto Coral.

¹ Este trabalho apresenta resultados parciais da pesquisa *A Música no Programa Mais Educação em Escolas Públicas da Grande João Pessoa*, financiada pelo CNPq através do Edital Universal 14/2013.

Introdução

Na busca por um ensino público de qualidade no Brasil, as discussões sobre educação integral têm mobilizado diversas esferas governamentais, resultando em programas que visam à ampliação da jornada escolar, que já era proposta pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN)². É nesta perspectiva que surge o Programa Mais Educação (ME), que tem contribuído para aumentar a presença da música nas escolas públicas de todo o país, através de oficinas.

Por sua importância – tanto pela rápida expansão do programa no país³ quanto pela quantidade de recursos envolvidos –, as atividades musicais desenvolvidas pelo ME têm sido investigadas pelo Grupo de Pesquisa *Música, Cultura e Educação*, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). As diversas pesquisas desenvolvidas pelo grupo têm revelado que, nas escolas públicas da Grande João Pessoa, as propostas do programa têm se realizado de forma diversificada, através de práticas diferenciadas, pois dependem, diretamente, dos agentes locais e do modo como suas diretrizes são compreendidas e reapropriadas em cada escola (PENNA, 2014).

À medida que o ME se consolidava, também crescia o número de estudos sobre o programa. Em levantamento bibliográfico sobre o tema, destacamos o trabalho de Moreira (2013), que analisa as relações estabelecidas entre o ME e o currículo formal da escola. Já a tese de Mosna (2014) avalia a implantação do programa na rede estadual do Rio Grande do Sul. Assim, o ME vem sendo objeto de estudos em diversos níveis acadêmicos, suscitando discussões sobre a proposta de ampliação da jornada escolar e de educação integral. No entanto, especificamente sobre atividades musicais desenvolvidas pelo programa, além dos trabalhos produzidos por nosso grupo de pesquisa, encontramos apenas os textos de Sobczack (2013), Souza (2013), Pereira (2014) e Silva (2014). Já a pesquisa de Veber (2012)

² A LDBEN estabelece a progressiva ampliação do período de permanência na escola e a “progressão das redes escolares públicas urbanas de ensino fundamental para o regime de escolas de tempo integral” (BRASIL, 1996).

³ Segundo a edição de 2013 do documento *Programa Mais Educação: passo a passo*: “participam da adesão ao Mais Educação [em 2012] 32.074 escolas, com a perspectiva de chegar a 45.000 em 2013. Até 2014, a previsão é que o Programa Mais Educação esteja em todo território nacional, chegando a 60.000 escolas” (BRASIL, 2013, p. 5).

investigou uma Escola Pública Integrada da rede estadual de Santa Catarina, com características distintas do ME⁴. Desse modo, evidencia-se a pertinência de ampliar as pesquisas sobre as práticas educativas e musicais desenvolvidas pelo ME, tendo em vista que se trata de um programa que vem sendo implantado em todo o território nacional, oferecendo perspectivas para a expansão das atividades musicais nas escolas.

Apresentamos, nesta comunicação, uma discussão sobre a prática pedagógica desenvolvida em oficinas de canto coral do ME, com base em dados empíricos coletados em estudos de caso em duas escolas da Grande João Pessoa / Paraíba: uma da rede municipal de Cabedelo – que chamaremos de Escola A –, com coletas realizadas no primeiro semestre de 2014; outra da rede municipal de Santa Rita – denominada de Escola B –, onde as observações foram realizadas no segundo semestre de 2014⁵. A observação – das aulas e de eventuais apresentações – foi a principal técnica de coleta de dados. Visando acompanhar o processo pedagógico e minimizar o “efeito do observador” (VIANNA, 2007, p. 42), buscamos realizar a observação das aulas com continuidade. No entanto, por questões relativas à própria operacionalização do programa ou ao cotidiano escolar, por vezes não foi possível alcançar o número almejado de observações, mesmo com uma permanência em campo por tempo adequado. Sendo tais questões recorrentes, consideramos que constituem também dados de pesquisa, caracterizando a realidade do funcionamento do ME. Para a coleta, foram ainda realizadas entrevistas semiestruturadas com os agentes envolvidos⁶, e fizemos uso de fontes bibliográficas e documentais, destacando-se os documentos oficiais do próprio programa (como BRASIL, 2009a, 2009b, 2009c, 2013, 2014).

O Programa Mais Educação

O *Manual Operacional de Educação Integral* de 2014, documento que orienta o funcionamento do programa, apresenta-o como integrante das “ações do Plano de

⁴ Nessa escola, todas as atividades oferecidas faziam parte do currículo integrado, e as aulas de música estavam a cargo de uma professora da rede com formação específica (VEBER, 2012, p. 41-42).

⁵ A pesquisa de campo esteve a cargo dos bolsistas de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq/UFPA), Ian Linhares e Olga Barros.

⁶ O(s) coordenador(es) do ME na rede de ensino e, em cada escola, o diretor, o professor comunitário e especialmente o monitor responsável pela oficina de música.

Desenvolvimento da Educação (PDE), como uma estratégia do Governo Federal para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular, na perspectiva da Educação Integral” (BRASIL, 2014, p. 4). O programa é operacionalizado pela Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), através do Programa Dinheiro Direto na Escola do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, oferecendo inúmeras atividades educativas, que estão organizadas em macrocampos.

Para as escolas urbanas, foram ofertados em 2014 sete macrocampos: Acompanhamento Pedagógico; Comunicação, Uso de Mídias e Cultura Digital e Tecnológica; Cultura, Artes e Educação Patrimonial (que engloba várias atividades musicais); Educação Ambiental, Desenvolvimento Sustentável e Economia Solidária e Criativa / Educação Econômica; Esporte e Lazer. Dentre as inúmeras atividades desses macrocampos, cada escola deveria escolher quatro, buscando relacioná-las com sua proposta pedagógica (BRASIL, 2014, p. 5-8).

O professor comunitário é, na escola, “responsável pelo acompanhamento pedagógico e administrativo do programa”, cujas atividades estão a cargo de monitores, preferencialmente estudantes universitários em formação na área específica ou pessoas da comunidade com habilidades apropriadas. Os monitores são voluntários, recebendo apenas um ressarcimento de despesas de transporte e alimentação, calculado em função do número de turmas sob sua responsabilidade, as quais deveriam ser formadas por 30 estudantes cada, conforme as normas do ME (BRASIL, 2014, p. 18-19).

O macrocampo Cultura, Artes e Educação Patrimonial engloba diversas atividades musicais: Banda; Canto Coral; Iniciação Musical de Instrumentos de Cordas; Iniciação Musical por meio da Flauta Doce; Percussão. Para a oficina objeto de nossas pesquisas, a ementa proposta pelo manual de operacionalização do programa é:

Canto Coral – Propiciar ao estudante condições para o aprimoramento de técnicas vocais do ponto de vista sensorial, intelectual e afetivo, tornando-o capaz de expressar-se com liberdade por meio da música e auxiliando na formação do ouvinte, de forma a contribuir para a integração social e valorização das culturas populares. (BRASIL, 2014, p. 11)

Assim, a princípio, as oficinas de canto coral poderiam ser planejadas com perspectivas diferentes, mas procurando atender à ementa em seus elementos centrais. Esta ementa tem um caráter essencialista bastante marcante, ao enfatizar conteúdos e habilidades musicais⁷. Seria de se esperar, portanto, que as oficinas nas escolas atendessem, de algum modo, a essa proposição do programa.

Para apoiar as práticas educativas nas diversas oficinas, a série *Cadernos Pedagógicos Mais Educação* (BRASIL, [s/d]) foi elaborada pela equipe do programa no MEC, com o objetivo de sugerir caminhos para a construção de propostas pedagógicas a partir do diálogo entre os saberes acadêmicos e os saberes da comunidade. No caderno *Cultura e Artes*, a música ganha destaque por ser mais amplamente discutida e, no tópico específico sobre Canto Coral, existem algumas propostas para o aprendizado e o desenvolvimento dessa prática. São sugeridos exercícios respiratórios, técnicas vocais e alternativas metodológicas para o canto coletivo, além de abordar rapidamente questões de repertório (BRASIL, s/d, p. 30-32). Embora sem maior aprofundamento e apresentando elementos justapostos de algumas obras a respeito, são oferecidas indicações que poderiam ajudar os monitores – especialmente aqueles com menos experiência – a desenvolver as atividades da oficina.

Os *Cadernos Pedagógicos* configuram, portanto, uma base para a prática em cada área específica, contribuindo para a reflexão sobre a educação integral e seus desafios no ME. Assim, o monitor responsável por uma atividade no programa poderia encontrar neles um suporte metodológico para sua atuação educativa.

A Oficina de Canto Coral na Escola A

Na Escola A, as aulas da oficina de canto coral do ME duravam uma hora, uma vez por semana, pela manhã, com a participação de alunos que tinham as aulas regulares, do 2º

⁷ Sobre os conteúdos (ou funções) essencialistas ou contextualistas no ensino de arte/música, ver Penna, Barros e Melo (2012, p. 66).

ao 5º ano, à tarde. Durante as oito observações realizadas⁸, o número de alunos nas aulas não passava de 14, com faixa etária entre sete e dez anos.

Apesar de ser oficialmente uma oficina de canto coral, o monitor preferia trabalhar com percussão. Assim, as atividades musicais desenvolvidas não atendiam efetivamente à ementa de canto coral, ficando clara a falta de compromisso com esta prática. Situação similar foi encontrada também em Brito (2011), que, em sua pesquisa, observou uma oficina em que:

[...] as aulas de canto coral resumiram-se em aulas de “teoria musical”, voltadas, exclusivamente, para o aprendizado da escrita musical [...]. Assim, não havia um uso funcional de notação, em uma prática musical significativa. Nessa turma, os alunos não cantavam e a música tinha papel de auxílio à alfabetização, com a escrita das letras das músicas. (BRITO, 2011, p. 53)

No entanto, a oficina da Escola A abordava ainda outros elementos, incluindo também o canto. O monitor demonstrava certa desenvoltura na condução de suas aulas, tendo alguma formação pedagógica, por ter cursado parte da licenciatura em Música pela UFPB, o que o diferenciava da maioria dos monitores que participaram das pesquisas de nosso grupo.

Uma das atividades que chamou a atenção dos alunos foi um jogo com copos. Em uma das observações o monitor organizou-os em círculo, entregou um copo de alumínio a cada um e começou a explicar, passo a passo, o primeiro trecho. Inicialmente, os alunos acharam muito difícil, mas tentaram fazer, pois ficaram curiosos e animados. Na observação seguinte, o monitor retomou o jogo, passando para o segundo trecho. Ele continuou mostrando passo a passo, corrigindo todos individualmente. Portanto, apesar de seu potencial caráter lúdico, a atividade era tratada quase como adestramento, de uma certa forma dentro da tradição de aprendizado por repetição das bandas (BARROS, 2014), contexto das primeiras experiências musicais do monitor.

O monitor relatou que procurava trabalhar ritmos regionais – como maracatu e baião –, cadências de bandas e marchas. Assim, em outra aula, ele organizou os alunos em

⁸ Na Escola A, a coleta ocorreu no período de maio a julho de 2014.

círculo para que realizassem uma sequência rítmica simples, com percussão corporal. O objetivo era preparar o grupo para dançar a *Ciranda da Rosa Vermelha* (de Alceu Valença). Na aula seguinte, retomou a música para que a turma aprendesse a cantar a primeira parte com o refrão. Como as crianças já conheciam a música, pegaram a letra com facilidade. Não foi observado, entretanto, um cuidado com o próprio canto – com questões técnicas, de afinação ou expressividade.

Percebemos, então, que o monitor abordava, em suas aulas, atividades de suas várias experiências musicais, sem, no entanto, articulá-las com clareza em função de um processo de desenvolvimento dos alunos. Embora ele conseguisse envolvê-los, a prática vocal ficava, na maioria das vezes, em segundo plano, resultando na fragilização da proposta de canto coral do ME.

Em direção oposta, encontramos em Mendes (2013) uma experiência bem sucedida de canto coral em oficinas do ME, na cidade de Conde – PB. Sendo regente de um coral de igreja da comunidade, o monitor tinha bastante experiência específica com o canto coletivo, desenvolvendo um trabalho vocal consistente:

O monitor, na maioria das vezes, não utilizava nenhum acompanhamento instrumental e, mesmo no aquecimento vocal e na prática do solfejo, mostrava um bom domínio da técnica e afinação vocal [...que] fazia questão de trabalhar exaustivamente [...]. (MENDES, 2013, p. 67).

O Canto Coral na Escola B

Na escola B, foram observadas as aulas da oficina de canto coral no turno da manhã⁹, que aconteciam uma vez por semana e costumavam durar cerca de uma hora e meia. A idade dos alunos variava bastante, assim como sua frequência. Em geral, era de 6 a 9 anos, exceto na aula de preparação para um evento, que envolveu um grupo de alunos mais velhos, de até 15 anos.

⁹ Num período de mais de dois meses da pesquisa de campo – de outubro a início de dezembro de 2014 –, foram observadas apenas quatro aulas e uma apresentação na escola, devido a ser um período que envolveu dois turnos de eleições além das provas do ENEM, quando a escola era requisitada por vários dias, além de outros fatores que afetavam a regularidade das atividades (como faltas do monitor).

Em todas as ocasiões, o monitor tocava violão e acompanhava as crianças que cantavam, em uníssono, músicas conhecidas. A cena seguinte, do diário de campo, exemplifica o tipo de prática desenvolvida:

O monitor entregou para os alunos a letra impressa da canção "Fico assim sem você" (de Cacá Moraes e Abdullah) e depois passou um bom tempo no violão tentando encaixar acordes, enquanto os alunos esperavam sentados. Finalmente, ele começou a tocar e mandou os alunos acompanharem. Dois alunos não participaram pois não conseguiam ler a letra e o monitor não parou para auxiliá-los.

Diferenciando-se das outras pesquisas desenvolvidas por nosso grupo – nas quais na grande maioria dos casos “não foram observadas atividades pedagógicas que partissem ou englobassem, intencionalmente, a vivência musical do aluno” (PENNA, 2014, p. 92) –, as atividades dessa oficina utilizavam com constância músicas do universo do aluno. Aparentemente, isso facilitava o trabalho do monitor, pois, como o repertório já era conhecido, era possível conseguir alguma prática de canto sem muito esforço. Neste sentido, não parecia haver uma preparação das aulas ou mesmo do acompanhamento ao violão – como na cena anterior, em que é durante a aula que o monitor tenta encontrar a sequência de acordes para acompanhar os alunos.

Não havia, portanto, uma preocupação pedagógica com o desenvolvimento musical, pois era comum os alunos cantarem desafinados ou até mesmo forçando a voz, muitas vezes porque a música não estava em uma tonalidade adequada à sua tessitura vocal. A única atividade, observada em várias aulas, que parecia voltada para algum tipo de preparação para o canto era uma música/exercício em que se entoava o nome das notas em escala ascendente e descendente, com o acompanhamento do violão. No entanto, o resultado não era tão afinado, e nada era proposto para melhorá-lo.

Da mesma forma, foram preparadas apresentações com pequena de antecedência, inclusive para um evento fora da escola. Trabalhando com paródias feitas pela professora de português, com base em músicas conhecidas – "Show das poderosas" e "Carla"¹⁰ – o monitor

¹⁰ "Show das Poderosas" – composição de Larissa de Macedo Machado e sucesso da cantora Anitta. "Carla" – composição de Marcus Menna, interpretada pela banda de pop rock Ls Jack.

aprontou a apresentação do grupo coral com uma aula-ensaio para cada música, com um grande grupo de alunos de todas as séries juntas, muitos dos quais não tinham participado de nenhuma aula observada. Na aula de preparação do evento externo, o monitor só pegou a letra da paródia com base na música "Carla" na hora da aula, ouvindo em sala a gravação enviada pela professora de português para aprender a música e passar para os alunos – mais de 30. Eles estavam desinteressados e dispersos, de modo que, por vezes, o monitor perdeu o controle da turma. Entretanto, como a música original era conhecida, foi possível conseguir algum resultado, embora com problemas de afinação e com muitos erros na letra. Esses problemas não foram trabalhados, embora nos *Cadernos Pedagógicos* pudessem ser encontradas estratégias simples para o aprendizado de novas canções, como trabalhar frase por frase, recitar a letra da canção com o ritmo da música, etc. (BRASIL, s/d, p. 31).

A fragilidade das práticas

Nas duas escolas, encontramos fatores que contribuem, claramente, para a fragilidade das práticas desenvolvidas. O primeiro diz respeito à falta de frequência regular dos alunos, problema encontrado em diversas pesquisas sobre o ME, como em Mosna (2014, p. 130), que indica que “um dos problemas do Programa no contexto da prática é a infrequência dos(as) estudantes [...], referida por gestoras, por coordenadores do Programa e também pelos docentes”.

Em nenhuma das escolas pesquisadas havia um controle da presença dos alunos, de modo que não chegava a se constituir uma turma regular, pois sua configuração mudava a cada aula, o que dificultava o desenvolvimento de um processo pedagógico progressivo. Na Escola B, todos os alunos matriculados na mesma participavam do ME, mas só frequentavam as oficinas de que mais gostavam, de modo que o canto coral ficava como uma atividade que simplesmente juntava os alunos que estavam disponíveis no horário, para “fazerem alguma coisa” – ou qualquer coisa?

Outro fator importante é a falta de preparação adequada dos monitores para o desenvolvimento de um trabalho específico de canto coral. Os dois monitores tinham uma experiência musical consistente, com uma formação inicial dentro da tradição de bandas

marciais. O monitor da Escola A tinha certa experiência pedagógica, ao cursar parte da licenciatura em música; no entanto, não desenvolvia um trabalho que atendesse às peculiaridades da prática de canto coletivo. Por sua vez, o monitor da Escola B participava de grupos de MPB e de jazz, mas antes de ser monitor do ME, sua experiência de ensino era apenas com aulas particulares de instrumento e nunca tinha trabalhado com canto coral. Essa falta de experiência evidenciava-se no uso de ordens verbais para indicar momentos do canto – gritando "Vai" para a entrada, por exemplo.

Embora sem terem uma preparação adequada, monitores com outras experiências musicais dispõem-se a (e são aceitos para) trabalhar com canto coral. Também Brito (2011, p. 53), na cena anteriormente citada, encontrou em sua pesquisa um monitor com grande experiência em banda respondendo por uma oficina de canto coral, em que repetia atividades da tradição de sua formação (leitura de partitura para a prática instrumental), mesmo que desconectadas da proposta da oficina. Isso revela algumas questões de gestão, como a dificuldade do professor comunitário em acompanhar a especificidade de cada oficina, assim como a falta de profissionais da área de música, nas equipes de coordenação das redes, que pudessem dar alguma supervisão e apoiar o trabalho dos monitores. Assim, aparentemente, pode-se fazer qualquer coisa em uma oficina de música do ME, apesar da ementa proposta pelo manual do programa (BRASIL, 2014, p. 11 – acima citada).

Considerações Finais

A nosso ver, toda essa situação reflete a concepção de que as atividades musicais do ME são “recreativas”, não têm a mesma seriedade das disciplinas do currículo regular. Isso é destacado por outros pesquisadores, em relação às atividades do programa, que geralmente se configuram como extracurriculares, não estando integradas ao projeto pedagógico da escola e permanecendo na informalidade (MOREIRA, 2013, p. 130).

Por outro lado, as pesquisas desenvolvidas por nosso grupo têm indicado que, “de modo bastante recorrente, problemas relativos à falta de desenvolvimento musical dos alunos eram minimizados por uma concepção assistencialista do Mais Educação, que enfatizava o caráter salvacionista do programa, cujo foco era entendido como ‘tirar a criança

da rua” (PENNA, 2014, p. 91). Neste quadro, então, qualquer coisa vale – o que aqui mais uma vez se manifesta.

Assim, este trabalho reafirma conclusões de outros estudos de caso que investigaram atividades musicais desenvolvidas pelo ME em escolas públicas paraibanas: a diversidade de práticas revela a variedade de encaminhamentos encontrados para a implantação do programa, que depende diretamente dos agentes locais envolvidos. E tais práticas estão muito distantes da concepção de educação integral que fundamenta sua proposta.

Referências

BARROS, Olga Renalli de Nascimento e. *A banda da escola: um estudo multicaso nas oficinas de banda fanfarra do Programa Mais Educação em João Pessoa*. 2014. 80 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Licenciatura em Música, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

BRASIL. *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://goo.gl/i25UyY> Acesso em: 10 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Educação integral: texto referência para o debate nacional*. Brasília: MEC/SECAD, 2009a.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Gestão intersetorial no território*. Brasília: MEC/SECAD, 2009b.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Rede de saberes mais educação: pressupostos para projetos pedagógicos de educação integral*. Brasília: MEC/SECAD, 2009c.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Programa Mais Educação: passo a passo*. [2. ed.] Brasília, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Cadernos Pedagógicos Mais Educação: cultura e artes*. Brasília, [s/d]. CD-rom

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. *Manual Operacional de Educação Integral*. Brasília: 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&id=16690&Itemid=1113 Acesso em 14 jan. 2015.

BRITO, Alan de Araújo de. *O ensino do canto coral no Programa Mais Educação em escolas municipais de João Pessoa*. 2012. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Música), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2011.

MENDES, Eliane Josefa Ribeiro. *Música no Programa Mais Educação: um estudo sobre práticas de canto coral em escolas paraibanas*. 2013. 115f. Dissertação (Mestrado em Educação Musical) – Programa de Pós-Graduação em Música, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

MOREIRA, Simone Costa. *Programa Mais Educação: uma análise de sua relação com o currículo formal em três escolas de Esteio-RS*. 2013. 169 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/70611> Acesso em 14 jan. 2015.

MOSNA, Rosa Maria. *Avaliação da política pública “Programa Mais Educação” em escolas de ensino fundamental da rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul: impactos na qualidade da educação e no financiamento do ensino fundamental*. 2014. 249 f. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/VNANEz> Acesso em: 2 jun. 2014

PENNA, Maura. Música no Programa Mais Educação: discutindo a diversidade das práticas. *Música Hodie*, Goiânia, v. 14 - n. 2, 2014, p. 84-98. Disponível em: http://www.musicahodie.mus.br/14.2/17_Artigo%20Cientifico_142.pdf Acesso em: 10 abr. 2015.

PENNA, Maura; BARROS, Olga Renalli Nascimento e; MELLO, Marcel Ramalho de. Educação musical com função social: qualquer prática vale? *Revista da ABEM*, Londrina, v.20, n.27, p. 6578, jan.jun 2012.

PEREIRA, Enner Jefferson Dias. *Oficina de violão no Programa Mais Educação: o envolvimento de três alunos de uma escola regular de Ipatinga -MG*. 2014. 37 f. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Licenciatura em Música à Distância, Universidade de Brasília, Ipatinga, 2014.

SILVA, Oziel Cardaso da. Perspectivas e desafios para o ensino de música no Programa Mais Educação: *um estudo em Natal/RN*. 2014. 13 f. Artigo (Trabalho de conclusão de especialização) – Curso de Especialização em Ensino de Artes na Educação Básica: Música, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014. Disponível em: <http://goo.gl/YmsD5i> Acesso em 17 abr. 2014.

SOBCZACK, Nara Rejane. *A música abrindo caminhos: oportunidades formativas a partir do Programa Mais Educação*. 2013. 16 f. Artigo (Trabalho de conclusão de especialização) – Curso de Especialização em Educação Integral Integrada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/04e71g> Acesso em: 20 mar. 2014.

SOUZA, Sinára Ferreira de. *A música e as aprendizagens dos alunos: um estudo em educação integral*. 2013. 17 f. Artigo (Trabalho de conclusão de especialização) – Curso de Especialização em Educação Integral Integrada, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013. Disponível em: <http://goo.gl/jykcus> Acesso em: 20 mar. 2014.

VEBER, Andréia. A escola de tempo integral: um espaço potencial para as aulas de música na

educação básica. *Revista da ABEM*, Londrina, v. 20, n. 29, p.23-38, jul.-dez. 2012.

VIANNA, Heraldo Marelim. *Pesquisa em educação: a observação*. Brasília: Liber Livro, 2007.